

COMO A SINTAXE DE PRIMEIRA FASE PODE CONTRIBUIR PARA A ANÁLISE DA CAUSATIVIZAÇÃO DE INERGATIVOS EM PB

Thayse Letícia FERREIRA

Mestranda em estudos Linguísticos, Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar)

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar o comportamento errático de verbos inergativos em relação à causativização. Especificamente, defenderemos a Sintaxe de Primeira Fase (RAMCHAND, 2008) como um bom modelo para a análise da causativização de inergativos em Português Brasileiro (PB).

ABSTRACT

This paper aims to investigate the erratic behavior of unergative verbs regarding the causativization process. Specifically, we will defend the First Phase Syntax (RAMCHAND, 2008) as a good model to analyze the causativization of unergatives in Brazilian Portuguese (BrP).

PALAVRAS-CHAVE

Causativização. Semântica de eventos. Sintaxe de Primeira Fase.

KEYWORDS

Causativization. Event-based semantics. First Phase Syntax.

Introdução

Considerando que a causativização é, possivelmente, um fenômeno universal da linguagem (BLANCO, 2011), e, portanto, fundamental para que se possam compreender algumas generalizações sobre a arquitetura da gramática (cf. PYLKKÄNEN, 2002; RAMCHAND, 2008; HARLEY, 2011), apresentamos, neste trabalho, algumas considerações sobre o quadro do Português Brasileiro (PB) em relação à causativização de verbos inergativos (cf. sentenças de (1) a (3)).

- (1) A professora sentou as crianças no chão
- (2) O pai pulou o filho pela cerca
- (3) Eu tenho meus receios de voar o avião

De maneira mais específica, pretendemos investigar o comportamento errático desses verbos em relação à causativização, argumentando em favor de uma análise que se insira no quadro teórico da semântica de eventos (PARSONS, 1990; HIGGINBOTHAM, 2000; ROTHSTEIN, 2004; RAMCHAND, 2008). Objetivamos, essencialmente, explorar a seguinte questão que tem sido bastante produtiva nas últimas décadas (cf. HARLEY, 2007): por que nem todos os verbos exibem todos os padrões de alternância livremente? Isto é, o que está em jogo nas gramáticas de língua natural que permite que os falantes profiram sentenças como as de (1) a (6), mas não sentenças como as de (7) a (9)?

- (4) Eu já subi você nesse brinquedo umas mil vezes!
- (5) O pai dançou a filha pelo salão todo
- (6) Maria correu o cachorro da sala

- (7) *Joana tossiu sua mãe
- (8) *A treinadora foi os atletas para o jogo
- (9) *A mãe caminhou as crianças

Para investigar a assimetria observada, visando cumprir nossos objetivos, e levantar alguns apontamentos que possam responder a nossa questão, percorremos o seguinte caminho metodológico: na seção um, apresentamos considerações sobre o que é o processo de causativização. Na seção dois, discutimos os principais problemas sintático-semânticos encontrados ao se analisar o fenômeno e, a partir disso, demonstramos o porquê de considerarmos a semântica de eventos como um quadro de trabalho mais “adequado” para a análise das sentenças em questão. Posteriormente, ainda nessa seção, apresentamos e problematizamos algumas hipóteses sobre o licenciamento da causativização encontradas na literatura (ROSEN, 1996; LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 2005; CAMBRUSSI, 2009). Na seção três, apresentamos um modelo específico de composição de eventos que julgamos satisfatório para a análise da causativização: a Sintaxe de Primeira Fase (RAMCHAND, 2008, 2011). Em seguida, na seção quatro, analisamos os dados do PB a partir do modelo apresentado e procuramos demonstrar como os problemas elencados na seção dois podem ser elegantemente solucionados ao utilizarmos uma “semântica minimalista” (RAMCHAND, 2011). Por fim, retomamos nossa questão de investigação e concluímos com a problematização de alguns pontos, limites de análise e algumas hipóteses sobre as restrições específicas do PB para a causativização de inergativos.

Esperamos, com isso, contribuir com o sempre crescente debate sobre estruturas causativas e apresentar uma nova abordagem de análise linguística que aparenta ser bastante refinada para o tratamento de vários fenômenos, principalmente aqueles pertencentes ao domínio verbal, como é o caso da causativização.

1. O processo de causativização

A causativização é um fenômeno amplamente estudado nas línguas naturais por, juntamente com outras construções causativas, elucidar importantes questões sobre o mapeamento entre sintaxe e semântica, apresentando, também, evidências “explícitas” ou “mais diretas” das operações de incorporação e de alçamento de verbo na sintaxe (BAKER, 1988 *apud* HORVATH; SILONI, 2013). Pode-se dizer que esse fenômeno consiste em um processo de alternância verbal (LEVIN; HAPPAPOORT-HOVAV, 2005) que introduz a noção de causação, por meio do predicado CAUSE, em estruturas que originalmente não a contém¹ (cf. PYLKKÄNEN, 2008). Desse modo, são criadas produtivamente sentenças que denotam situações causais² a partir de qualquer classe verbal³. Considerando que, neste trabalho, nos detemos à análise de predicadores inergativos, exemplificamos abaixo essa alternância, representando a estrutura lógica das sentenças em termos de uma semântica neodavidsoniana (PARSONS, 1990).

(10)

- A. As crianças acordaram
∃ e [Acordar (e) & Agente (e, as crianças)]
- B. A mãe acordou as crianças
∃ e [Desencadeador (e, a mãe) & Tema (e, as crianças)]
& ∃ e' [Acordar (e') & Agente (e', as crianças) & CAUSE
(e, e')]

¹ A causativização é também entendida por alguns autores como um processo de transitivização, pois, supostamente, aumenta a valência verbal através da inserção de um argumento extra em estruturas monoargumentais (COMRIE, 1985b). No entanto, há evidências de línguas como Finlandês, Japonês (PYLKKÄNEN, 1999, 2002) e Hindu (RAMCHAND, 2008) que demonstram ser possível causativizar determinados verbos apenas inserindo a noção de causação na equação, sem que um novo argumento seja associado a ela.

² Neste trabalho, seguimos a tradição filosófica e entendemos como *situação causal* uma cadeia que relaciona dois eventos, em que um (e) causa o outro (e') (DAVIDSON, 1967; LEWIS, 1973b).

³ Em PB, é possível causativizar verbos da classe dos inergativos (*os professores subiram a nota do programa de pós-graduação*), dos inacusativos (*sairam ele do departamento*) e dos transitivos (*eu interagi ele com os pássaros*).

(11)

- A. O cavalo pulou pela cerca
 $\square \exists$ e [Pular (e) & Agente (e, cavalo)]
- B. O jogador de polo pulou o cavalo pela cerca
 $\square \exists$ e [Desencadeador (e, o jogador de polo) & Tema (e, o cavalo)] & \exists e' [Pular (e') & Agente (e', o cavalo) & CAUSE (e, e')]

As sentenças em *B* denotam eventos causativos por apresentarem o predicado CAUSE relacionando dois eventos, em que um (*e*) causa outro (*e'*) (DAVIDSON, 1967). Esse predicado é inserido na estrutura de *acordar* e *pular* para indicar que os eventos denotados por esses verbos não ocorreram volitivamente, como seria esperado. Isto é, a causativização sinaliza que a conclusão desses eventos foi indiretamente causada, sendo o único argumento do verbo “obrigado” a desempenhar determinado papel no evento. Podemos exemplificar esse fato considerando o seguinte contexto para o par de sentenças em (10): digamos que Joana tenha quatro filhos e que todos estudem pela manhã, mas apenas dois deles estão habituados a acordar cedo, os outros dois não. Dessa maneira, Joana poderia proferir a sentença em (10A) para se referir aos filhos que não precisam de sua ajuda para acordar e a sentença em (10B) para os que não conseguem acordar sozinhos. Isso nos mostra que *acordar* é uma eventualidade (PARSONS, 1990, p. 20) internamente causada (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1995) que tolera indução externa. Ou seja, *acordar* depende exclusivamente de propriedades de seu único argumento (pessoas simplesmente acordam), mas, em alguns contextos, pode aceitar uma causa externa a ele para acontecer, como é o caso da sentença em (10B): a mãe induz as crianças a acordar, é a desencadeadora do evento.

Em decorrência disso, podemos dizer que o efeito da causativização é a inserção nas estruturas inergativas de um novo evento (*e'*), relacionado a (*e*) através de CAUSE, cujo papel é o de ser “indutor/causador” do

predicado base. Logo, o significado das sentenças causativizadas em *B* pode ser parafraseado por estruturas de causa indireta com *fazer*:

(10) C. A mãe fez as crianças acordar

(11) C. O jogador de polo fez o cavalo pular pela cerca

Com base nessa breve apresentação sobre em que consiste o processo de causativização, é possível notar que o fenômeno é semanticamente motivado e sintaticamente representado. Afinal, CAUSE (*e*, *e'*) é inserido nas estruturas inergativas para expressar indução externa *e*, junto a isso, um novo argumento é acrescentado à sentença na posição de sujeito sentencial⁴. No entanto, por mais que o efeito semântico da causativização seja notável — afinal, estamos criando sentenças de causação indireta a partir de bases não causativas —, o grande interesse pelo seu estudo na literatura surgiu em decorrência de sua representação sintática. A razão para tanto é a percepção de que as sentenças causativizadas, assim como as construções de objeto duplo, exigiam uma articulação do VP que não estava prevista nas primeiras versões da teoria de Princípios e Parâmetros, especificamente no modelo *Government and Binding* (GB). Por consideramos que esse é o fato que figura em primeiro plano quando se aborda o tema “causativização”, trataremos detalhadamente dele na próxima seção, debatendo algumas hipóteses sobre as restrições de produção dessa alternância e os principais problemas relacionados à sua análise.

⁴ É importante ressaltar que esse é o quadro específico do PB. Os trabalhos de PYLKKÄNEN (1999, 2002) e RAMCHAND (2008) demonstram que a inserção de um novo argumento na estrutura não é condição necessária para que o fenômeno ocorra: há línguas que aceitam a causativização sem a inserção desse argumento (cf. nota 1).

2. Problemas e hipóteses

Conforme já mencionamos, o interesse pelo estudo da causativização surgiu em decorrência da necessidade de se postular a existência de um VP mais articulado, especialmente para dar conta da atribuição temática nos casos de alternância verbal. Isso porque, normalmente, o argumento interno de uma estrutura causativa não possui propriedades que o classificam como “agente” (cf. (12)) (FOLLI; HARLEY, 2006: 125). Porém, nas construções criadas a partir da causativização, o objeto direto apresenta uma relação interessante de agentividade e afetação (cf. sentenças de (13) a (15)).

(12) Joana quebrou a perna do marido

(13) A mãe dormiu o bebê

(14) Maria estudou os filhos até a faculdade

(15) Eu casei minha filha

Enquanto em (12) *a perna* é apenas um objeto afetado pelo evento, carregando o traço [-animado] (JACKENDOFF, 1983; CHIERCHIA, 2004; LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005; entre outros), nas sentenças de (13) a (15) percebemos que o objeto direto é [+animado] e participa de um modo “mais agentivo”/com mais controle no processo. Isto é, “o bebê *dorme*”, “os filhos *estudam*” e “minha filha *casa*”. Nessas sentenças, o sujeito sentencial é desencadeador do evento denotado pelo verbo, mas é o argumento em posição de objeto direto que desempenha de fato a ação, sendo tanto afetado pelo desencadeador quanto “agente/experienciador” do evento. Esse fato pode ser melhor ilustrado a partir do par de sentenças em (11), repetido aqui por conveniência.

(11)

- A. O cavalo pulou pela cerca
 $\square \exists$ e [Pular(e) & Agente (e, o cavalo)]
- B. O jogador de polo pulou o cavalo pela cerca
 $\square \exists$ e [Desencadeador (e, o jogador de polo) & Tema (e, o cavalo)] & \exists e' [Pular(e') & Agente (e', o cavalo) & CAUSE(e, e')]

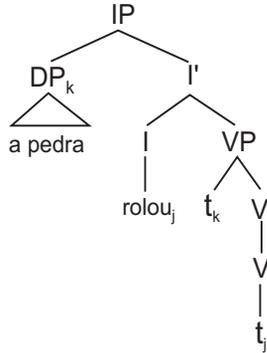
Podemos observar que em (11A) *o cavalo* é apenas “agente”, porém, em (11B), esse mesmo argumento recebe dois papéis temáticos: é “tema” em relação à ação do desencadeador (e) e “agente” em relação ao evento de *pular* (e'). Desse modo, por mais que *o cavalo* desempenhe papéis diferentes em eventos diferentes, teríamos uma violação do critério θ , pois um mesmo argumento está recebendo mais do que um papel temático. Em vista disso, algumas perguntas surgem de imediato: (i) considerando que *pular* é um verbo inergativo e que, portanto, não acarreta traços de afetação ao seu argumento, qual item está atribuindo o papel de “tema” ao *cavalo*? Além disso, se considerarmos teorias de ranqueamento temático, como a de LARSON (1988 *apud* RAMCHAND, 2008), em que AGENTE > TEMA > ALVO > OBLÍQUO, (ii) como explicar a atribuição do papel de “agente” ao argumento interno de *pular*? Ainda, caso consideremos que determinados papéis- θ correspondam a uma posição estrutural fixa (BAKER, 1988), (iii) como é possível explicar que *o cavalo* recebe um mesmo papel em posições estruturais diferentes (argumento externo em (11A)/argumento interno em (11B))⁵?

Percebemos através desse exemplo onde a generalização sobre o mapeamento entre sintaxe e semântica falha, e é a partir de observações

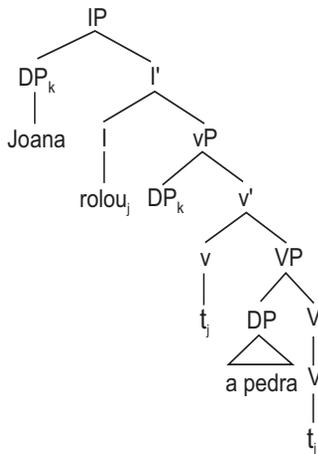
⁵ Uma das previsões da UTAH (*Uniform Theta Assignment Hypothesis*) estabelece que “dois argumentos que preencham a mesma função temática com respeito a um dado predicado devem ocupar a mesma posição subjacente na sintaxe” (RADFORD, 1997: 200). Percebemos que as sentenças de causativização ferem diretamente esse postulado, pois o papel de “agente” é atribuído tanto ao argumento interno (*pular* causativo) quanto ao argumento externo (*pular* não causativo). Isto é, posições diferentes estão atribuindo um mesmo papel.

como essas que, desde o trabalho inaugural de LARSON (1988), sintaticistas se perguntam como dar conta desse tipo de relação na articulação do VP. Nesse quadro, figuram como fundamentais os trabalhos de HALE E KEYSER (1991, 1993), CHOMSKY (1995), LARSON (1990) e RADFORD (1997), cujas propostas têm como núcleo comum a ideia de que sentenças como (16A) sejam compostas por VPs simples, enquanto as como (16B) por VPs duplos, em que o ‘v’ é usado para “denotar o verbo leve e suas projeções” (RADFORD, 1997: 201).

(16) A. A pedra rolou



B. Joana rolou a pedra



A construção de VP duplo é então formada a partir do *merge* de VP com um verbo leve causativo abstrato, representado por vP, que pode ou não ser pronunciado. Dessa maneira, é possível alocar dois argumentos na estrutura de verbos que são *a priori* monoargumentais. No entanto, os problemas elencados acima, relacionados à atribuição temática, permanecem em aberto. Afinal, mesmo que se assuma uma estrutura mais articulada do VP, não há uma previsão sobre o duplo papel temático do objeto direto existente nas sentenças em análise. Desse modo, seguindo RAMCHAND (2008), acreditamos na necessidade de se questionar a centralidade da noção de papel temático no mapeamento entre sintaxe e semântica. Na próxima seção, discutiremos esse fato mais detalhadamente. Agora, é interessante notar que, por mais que as sentenças apresentadas levantem problemas em relação à atribuição temática, elas não são agramaticais. Em vista disso, cabe discutirmos algumas hipóteses sobre o comportamento errático dos inergativos em relação à causativização. Para tanto, consideremos os seguintes exemplos.

- (17) A mãe almoçou as crianças
- (18) Você que inventou essa brincadeira, então agora você sobe a menina!
- (19) O professor sentou os alunos no chão
- (20) *Eu cantei o João no karaokê (**fazer cantar*)
- (21) *O chefe trabalha o Antônio (**fazer trabalhar*)
- (22) *A mãe caminhou as crianças

Conforme indicamos no início deste artigo, uma das questões mais observadas em relação à causativização é o fato de que nem todos os verbos exibem esse padrão de alternância. Curiosamente, nem ao menos verbos que pertencem a uma mesma “classe semântica” apresentam um padrão regular de produção. Considerando a classificação para as classes verbais proposta por LEVIN (1993), é possível notar que tanto *subir* (18) quanto *caminhar* (22) pertencem à classe dos “*run verbs*”, i.e. são verbos agentivos que denotam maneira de movimento, porém, apenas o primeiro licencia uma contraparte causativa. A pergunta derivada dessa assimetria é “por quê”? Isto é, quais propriedades permitem que apenas alguns verbos dentro de uma mesma classe licenciem a causativização?

Como as sentenças causativas são normalmente construídas a partir de verbos dinâmicos (RAMCHAND, 2008) que envolvem um processo de mudança, seja ela de estado ou de lugar, escalar ou não (RAPPAPORT-HOVAV, 2005), alguns autores assumem que o fator que restringe esse processo é a presença do traço [+télico] na estrutura dos eventos, ou seja, “a habilidade de um verbo causativizar depende de o verbo poder denotar uma ação delimitada” (ROSEN, 1996: 196). Essa hipótese surge porque eventos de mudança são constituídos de um processo associado a um ponto final (*telos*) (DOWTY, 1979; KRATZER, 1996). No entanto, ao investigarmos a causativização de inergativos em PB, percebemos que essa hipótese não é empiricamente adequada. Isso porque (i) predicadores inergativos basicamente denotam atividades (VENDLER, 1967), sendo, portanto, [-télicos] e, além disso, (ii) tanto sentenças télicas quanto atélicas, delimitadas ou não, podem denotar *causa*⁶.

⁶Esse mesmo fato foi observado por Folli e Harley (2006: 125) para dados do inglês, as autoras analisam as seguintes sentenças, em que há um PP que não delimita o evento, conforme análises baseadas em Tenny (1990) propõem.

- a. John waltzed Matilda around and around the room for hours
- b. John walked Mary along the river all afternoon.
- c. John ran the dog up and down the path for hours
- d. John jumped the horse back and forth across the ditch for 30 minutes

De acordo com as autoras, é a presença do PP que licencia, mas não delimita, a causativização desses verbos.

(23) Eu corri as crianças da sala

(24) A mídia vazou esse tipo de informação durante anos

Em (23), notamos que a causativização transformou um evento de atividade ([-téllico]) em um *achievement* ([+téllico]), pois *correr as crianças da sala* significa, basicamente, *fazer as crianças saírem da sala correndo*, isto é, temos um evento [+téllico], [-durativo] e [+dinâmico] (cf. BERTINETTO, 1994). Por outro lado, na sentença em (24) não há mudança de classe acional (ou *type-shifting*, nos termos de VAN HOUT, 2013), pois ainda temos um evento de atividade (*vazar*), que é, prototipicamente, atéllico. Nos parece que a “delimitação” do evento é uma condição importante para o licenciamento da causativização (cf. sentenças 25 e 26), no entanto, essa hipótese não explica de maneira adequada a assimetria existente.

(25) ?Eu corri as crianças

(26) ?A mãe subiu o menino

Segundo ARAD (2002), outra hipótese bastante investigada na literatura sobre o licenciamento da causativização diz respeito à presença de um argumento externo na estrutura dos verbos. Basicamente, verbos que tem um argumento externo em sua grade não podem causativizar, uma vez que esse processo está normalmente associado à inserção de um sujeito causador no evento (cf. CAMBRUSSI, 2009). Nos termos de LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV (2005: 11), apenas verbos que podem ser externamente controlados licenciam a causativização. Desse modo, os inergativos deveriam bloquear essa alternância, uma vez que todo predicador inergativo é “internamente causado”, i.e. depende exclusivamente de propriedades de seu único argumento para acontecer.

No entanto, com base nos dados do PB, percebemos que essa hipótese também não é empiricamente adequada, pois (i) há inergativos que licenciam a causativização e outros que a bloqueiam e (ii) a proposta dessa hipótese, na verdade, descreve o que ocorre quando um verbo causativiza. Ora, os verbos causativizados por serem inergativos são necessariamente eventualidades internamente causadas e, por causativizarem, aceitam uma causa externa. Logo, a propriedade de o verbo ser uma eventualidade internamente causada que aceita indução externa (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1995) não é uma restrição para a ocorrência da causativização. Essa hipótese, portanto, não explica adequadamente a assimetria observada, por exemplo, em (27) e (28).

(27) A aeromoça embarcou os passageiros no avião errado

(28) *A babá caminhou a criança pelo parque de diversões

Além disso, se pensarmos em uma terceira hipótese, sugerida por HALE E KEYSER (1993), que propõe que os verbos inergativos sejam, na verdade, basicamente denominais por serem formados a partir de uma operação de incorporação (ou *Conflation*), teríamos também problemas em responder por que apenas alguns inergativos causativizam. Isto é, ao se postular que inergativos são basicamente transitivos, como explicar que nem todos os verbos dessa classe aceitam construções causativas e, portanto, transitivas?

Considerando o exposto, podemos perceber que muitos são os problemas relacionados à análise da causativização de inergativos. Essencialmente, temos dificuldade em atribuir os papéis- θ ao argumento interno desse tipo de sentença e, além disso, não encontramos hipóteses empiricamente adequadas que possam ser investigadas de maneira sistemática. Com base nisso, apresentamos, na próxima seção, um novo modelo de arquitetura da gramática que julgamos satisfatório para

a análise da causativização. Nomeadamente, escolhemos a Sintaxe de Primeira Fase (RAMCHAND, 2008) por considerarmos que, uma vez que o efeito da causativização é a inserção de CAUSE (e, e') na estrutura dos eventos, ao utilizarmos um modelo que se insira no quadro teórico da semântica de eventos (PARSONS, 1990; HIGGINBOTHAM, 2000; ROTHSTEIN, 2004; RAMCHAND, 2008), podemos elaborar hipóteses mais seguras a respeito do licenciamento da causativização. Isto é, considerando que o fenômeno em questão altera, primeiramente, a estrutura do evento denotado pelo verbo, parece mais seguro pensar no domínio de construção de eventos como o *locus* das generalizações sobre estrutura argumental que procuramos captar. Com isso, acreditamos, é possível solucionar os problemas aqui apresentados e levantar hipóteses mais generalizantes sobre as restrições que governam a causativização em PB.

3. A Sintaxe de Primeira Fase (RAMCHAND, 2008)

Integrando as pesquisas em Nanossintaxe, RAMCHAND (2008) elabora uma proposta de semântica minimalista, desenvolvendo um modelo que “pode lidar com muitas das questões intrincadas envolvidas na compreensão do significado verbal e da estrutura argumental” (RAMCHAND, 2011: 35). Partindo do pressuposto de que é o domínio de construção de eventos o responsável pelos fatos que parecem fazer diferença no comportamento linguístico, a autora restringe seu campo de pesquisa ao domínio verbal e cria um modelo para analisar os aspectos universais da estrutura da linguagem e sua conexão próxima com as relações abstratas do significado. Esse modelo é denominado Sintaxe de Primeira Fase e consiste, basicamente, em um domínio de construção de eventos, daí o termo “primeira fase”: há uma prioridade lógica da porção de construção do evento de uma proposição em relação à concordância, tempo, checagem/marcação de caso e modificação em geral. É por

esse motivo que classificamos a teoria de RAMCHAND (2008) como pertencente à semântica de eventos, por mais que, nomeadamente, carregue o termo *sintaxe*.

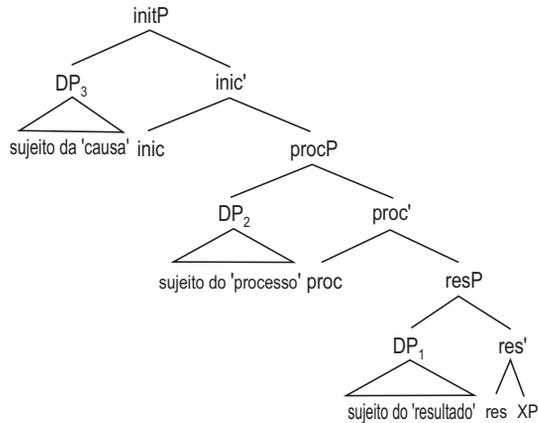
Nesse sistema de primeira fase, o léxico é eliminado como um módulo independente, com seus próprios primitivos e regras de combinação, sendo considerado como um componente indissociável do módulo sintático. Essa postulação é feita porque a hipótese mais forte do modelo é a de que “o sistema recursivo que subjaz a computação de língua natural reside em um único módulo particular que não precisa ser duplicado em outros módulos da gramática [e.g. léxico]” (RAMCHAND, 2008: 38). Assim, rejeitando a existência de traços formais de seleção semântica no léxico – tal como as propostas em semântica lexicalista postulam (JACKENDOFF, 1983; LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 2005) –, Ramchand pretende dar conta, rigidamente, do que há na estrutura linguística em termos de traços categoriais e sintaxe, postulando assim o componente sintático como o módulo combinatório e universal do sistema.

A escolha da autora por esse módulo em específico se dá simplesmente porque as generalizações envolvidas na decomposição de eventos envolvem um tipo de sistematicidade e recursão que é encontrado na representação sintática (RAMCHAND, 2008: 38). Desse modo, “os primitivos sintático-combinatórios estão correlacionados com os primitivos semântico-combinatórios e não há uma maneira de estabelecer uma diferença inicialmente modular entre o núcleo computacional e os efeitos semânticos estruturais” (RAMCHAND, 2011: 12). Como consequência, as projeções “funcionais” da estrutura são baseadas em noções semânticas de natureza aspectual, o que nos leva a dizer que a competência linguística inclui, mínima e crucialmente, um único sistema combinatório a partir do qual as sentenças são construídas com apenas um conjunto de primitivos e um conjunto de operações.

O sistema em questão, conforme já indicamos, é a sintaxe, o conjunto de primitivos contém itens semânticos baseados na noção de *causa* e o conjunto de operações se restringe a cinco regras: (1) “*leads to rule*” (HALE & KEYSER, 1998), (2) *event identification* (KRATZER, 1996), (3) *predication*, (4) *merge* e (5) *move*.

Conforme podemos perceber, há uma preocupação da autora em reduzir o inventário de operações semântico-combinatórias, o que faz com que a ontologia do modelo seja bastante refinada. Além disso, outro ponto interessante da Sintaxe de Primeira Fase é o fato de Ramchand considerar que as relações entre os participantes nos subeventos devam ser descritas em termos de causas observáveis, mudanças e efeitos, visto que a intuição acerca desses elementos parece mais segura. Essa postulação é feita em decorrência de uma das questões centrais do seu modelo consistir em estabelecer a existência de uma noção primitiva no nível da abstração que corresponda à realidade linguística de como os falantes concebem os eventos e seus componentes. Por esse motivo, a autora argumenta que estabelecer os tipos de papéis primitivos na língua anda lado a lado com o estabelecimento dos elementos primitivos da decomposição de eventos, uma vez que os participantes do evento só são definíveis em termos dos papéis que desempenham (RAMCHAND, 2008: 23).

Pensando então nas causas observáveis, nas mudanças e nos efeitos, os elementos primitivos propostos pela autora, que constituem o pequeno conjunto de elementos básicos, são “iniciação”, “processo” e “resultado”. Isto é, os falantes percebem os eventos em termos de um desencadeamento que causa um processo e culmina em um resultado. Esses elementos estão implicados na construção linguística da predicação eventiva e são amarrados a uma representação sintática. Em vista disso, é possível dizer que a “Sintaxe de Primeira Fase” consiste em um VP mais articulado (com três projeções/“vezinhos”) cujos rótulos são noções aspectuais baseadas na ideia de *causa*, conforme pode ser observado na figura abaixo.



Nesse sistema, temos uma predicação do tipo “*small clause*” em que “*initP* introduz o evento de causação e licencia o argumento externo”. *ProcP*, por sua vez, “especifica a natureza da mudança, ou do processo, e licencia a entidade que passa pela mudança/processo” e, por fim, *resP* é responsável pelo “‘telos’ ou ‘estado resultante’ do evento e licencia a entidade que mantém o estado resultante” (RAMCHAND, 2011: 10). Com isso, os eventos são construídos recursivamente a partir das cinco regras citadas anteriormente. A primeira regra, (1) “*leads to rule*” (HALE & KEYSER, 1998) ($e = e_1 \rightarrow e_2$: e consiste em dois subeventos, e_1 , e_2 tal que e_1 implica de maneira causal e_2), é utilizada para diferenciar dois tipos básicos de “subeventos”: *processo* e *estado*. O que temos, então, é (a) se, $\exists e_1, e_2$ [Estado(e_1) & Processo(e_2) & $e_1 \rightarrow e_2$], então, por definição *Initiation*(e_1), por outro lado, (b) se $\exists e_1, e_2$ [Estado(e_1) & Processo(e_2) & $e_2 \rightarrow e_1$], então, por definição *Result*(e_1) (cf. RAMCHAND, 2011: 15). Com isso, *Initiation* e *Result* são estados e *Process* é um processo (presente em todo evento dinâmico). A segunda regra, (2) *event identification* (KRATZNER, 1996), é uma regra de conjunção aplicada ao complemento, i.e. é a concatenação (*merge*) do complemento ao núcleo. (3) *Predication*, por sua vez, é a concatenação (*merge*) da projeção intermediária com o especificador. As operações minimalistas de (4) *merge* e (5) *move* estão disponíveis em todas as etapas da derivação.

De acordo com a autora, estabelecer esse modelo como o domínio de construção de eventos significa dizer que a semântica que é composicionalmente construída nessa estrutura sintática “pode somente incluir aqueles aspectos do significado que são genuinamente predicáveis e sistemáticos – muitos aspectos do significado que são tradicionalmente incluídos nas descrições do léxico verbal (e.g. papéis temáticos e certos tipos de seleção semântica) devem ser excluídos” (RAMCHAND, 2008: 38). Ou seja, não há a necessidade, por exemplo, de se postular a existência de papéis temáticos enquanto feixes de propriedades semânticas (CANÇADO, 2005 *apud* SILVA, 2010). Em vista disso, nesse sistema, os especificadores são “sistematicamente interpretados localmente como o elemento ‘temático’ de cada subdescrição” (RAMCHAND, 2011: p. 7):

- (a) Se sujeito (x, e) e Initiation(e) então x é o INITIATOR de e;
- (b) Se sujeito (x, e) e Process(e) então x é o UNDERGOER de e.
- (c) Se sujeito (x, e) e Result(e) então x é o RESULTEE de e.

Em suma, temos um VP mais articulado cujas projeções são noções aspectuais baseadas na ideia de *causa*. Nesse sistema, os eventos são compostos a partir da aplicação de cinco regras e o especificador de cada projeção é interpretado localmente como o elemento “temático”. Além disso, a interpretação semântica da estrutura se dá por “função interpretação” (HEIM & KRATZER, 1998 *apud* RAMCHAND, 2011) e está presente em cada etapa da derivação. Com isso, acreditamos, temos um sistema refinado o suficiente para que analisemos alguns fenômenos do domínio verbal, dentre os quais se encontra a causativização.

4. Como a sintaxe de primeira fase pode ajudar na solução de alguns problemas relacionados à causativização de inergativos em PB

Na primeira seção deste trabalho, apresentamos os principais problemas relacionados à análise da causativização e algumas hipóteses sobre seu licenciamento, as quais, com base em dados do PB, não encontram adequação empírica. Em vista disso, nesta seção, demonstraremos como um modelo de semântica de eventos pode ser mais adequado para a análise da causativização, nos permitindo elaborar hipóteses mais “seguras” sobre as restrições que governam o fenômeno. Desse modo, é possível levantar alguns apontamentos para responder a nossa pergunta inicial (“por que nem todos os verbos inergativos exibem uma contraparte causativa?”). Para tanto, vamos, primeiramente, recuperar as perguntas que elaboramos na seção dois.

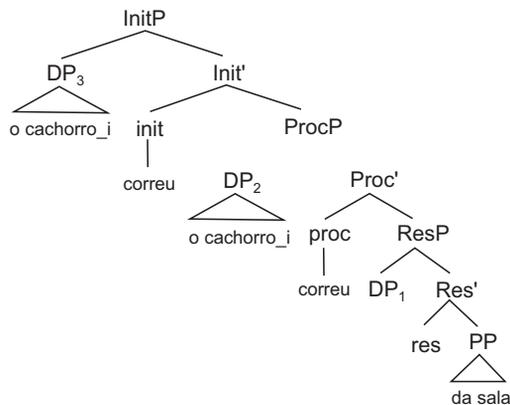
Ao tratarmos do fenômeno da causativização, nos deparamos com alguns problemas relacionados à atribuição temática e, conseqüentemente, ao mapeamento entre sintaxe e semântica. Esses problemas podem ser recuperados por meio de três perguntas feitas naquela seção, aqui reformuladas: (i) considerando que os verbos inergativos não acarretam traços de afetação ao seu único argumento, qual item está atribuindo o papel de “tema” ao objeto? Além disso, se considerarmos teorias de ranqueamento temático, como a de LARSON (1988 apud RAMCHAND, 2008), em que AGENTE > TEMA > ALVO > OBLÍQUO, (ii) como explicar a atribuição do papel de “agente” ao argumento interno desses verbos? Ainda, caso consideremos que determinados papéis- θ correspondam a uma posição estrutural fixa (BAKER, 1988), (iii) como é possível explicar que o argumento original do verbo recebe um mesmo papel em posições estruturais diferentes (argumento externo na sentença base/argumento interno na sentença causativa)?

Conforme vimos na seção anterior, na Sintaxe de Primeira Fase não há regras de ligação entre os níveis sintático e semântico, pelo contrário, a proposta consiste justamente em estabelecer uma relação intrínseca

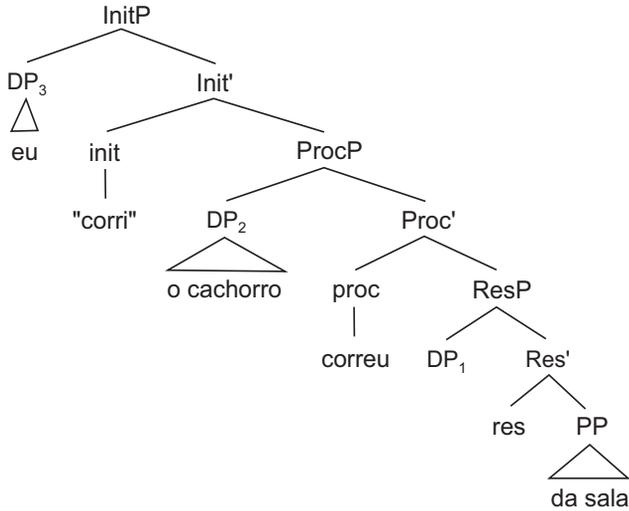
entre os dois. Isto é, ambos os níveis devem interagir na derivação, não havendo, assim, a preferência – lógica – de um sobre o outro, como propõem abordagens lexicalistas (JACKENDOFF, 1983; LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 2005) e construcionistas (GOLDBERG, 1995). Desse modo, não há problemas em relação à atribuição temática, pois o papel que o argumento desempenha é designado localmente, dependendo de sua posição na estrutura e não de regras de ligação entre diferentes níveis.

Para demonstrarmos com base em dados do PB como a Sintaxe de Primeira Fase resolve, elegantemente, os problemas elencados, consideremos o seguinte quadro, já mencionado anteriormente: se o argumento preencher a posição de especificador de InitP, então ele será o INITIATOR da estrutura, i.e. uma entidade cujas propriedades são responsáveis pela existência da eventualidade, correspondendo a um causador. Em seguida, caso o argumento seja especificador de ProcP, ele será o UNDERGOER da eventualidade, o que corresponde ao argumento relacionado ao processo dos eventos que denotam algum tipo de mudança. Por fim, o argumento em posição de Spec-ResP receberá o rótulo de RESULTEE, correspondendo ao argumento relacionado ao estado resultante do evento. Tendo isso em vista, podemos passar à análise, tomando como exemplo a alternância em (29).

(29) A. O cachorro correu da sala



(29) B. Eu corri o cachorro da sala



Por ser um verbo da classe das atividades (VENDLER, 1967), *correr* é do tipo [init_i, proc_i], isto é, contém um subevento de estado que desencadeia um processo dinâmico. Em decorrência disso, esse verbo é também [INITIATOR_i, UNDERGOER_i], pois o argumento que desencadeia o evento é o mesmo que “sofre”/passa pelo processo. Desse modo, em (29A) o argumento *o cachorro* está tanto em posição de INITIATOR quanto em posição de UNDERGOER, i.e. há uma coindexação dessas duas posições. Por outro lado, quando esse verbo é causativizado e um novo argumento entra na estrutura, como em (29B), INITIATOR e UNDERGOER não são mais coindexados, pelo contrário, o novo argumento, *eu*, assume a posição de INITIATOR por ser o desencadeador do evento, e o argumento original do verbo, *o cachorro*, passa a ser apenas UNDERGOER do processo. Isso equivale a dizer que, em (29B), a ação de *correr* é forçada, não há nenhum tipo de “volição” por parte do *cachorro*. Conforme é possível notar, *correr* em sua forma básica inergativa contém a “grade temática” [INITIATOR_i, UNDERGOER_i], enquanto o verbo *correr* causativo é do tipo

[INITIATOR, UNDERGOER], sem coindexação de argumentos. Com base nesse exemplo, é possível dizer que resolvemos de maneira elegante o problema de atribuição temática, pois, na Sintaxe de Primeira Fase, cada argumento recebe um papel diferente, dependendo da posição que ocupa.

Em vista disso, podemos responder especificamente as perguntas da seguinte maneira: (i) considerando que os verbos inergativos não acarretam traços de afetação ao seu único argumento, qual item está atribuindo o papel de “tema” ao objeto? Na primeira fase, é a posição de Spec-ProcP que dá ao argumento esse traço de “afetação” no evento, isso porque o argumento UNDERGOER é basicamente aquele que “sofre” a ação denotada pelo verbo. (ii) como explicar a atribuição do papel de “agente” ao argumento interno desses verbos? Conforme vimos anteriormente, o argumento UNDERGOER é aquele que passa pelo processo denotado pelo verbo, desse modo, não há, dentro do modelo, a atribuição do papel de “agente”. Com isso, não se nega a existência de propriedades “agentivas” do argumento (o que pode corresponder ao traço [+dinâmico]), pelo contrário, é o UNDERGOER que desempenha a ação denotada pelo verbo. O dizemos com isso é que o argumento em Spec-ProcP não tem volição no evento. Em vista disso, a questão dois é eliminada enquanto problema dentro da primeira fase. Por fim, (iii) como é possível explicar que o argumento original do verbo recebe um mesmo papel em posições estruturais diferentes (argumento externo na sentença base/argumento interno na sentença causativa)? Como na primeira fase os papéis são atribuídos localmente, o argumento recebe o mesmo papel estando na mesma posição. Isto é, se o elemento está em Spec-InitP, ele será INITIATOR, se está em Spec-ProcP será UNDERGOER e se ocupa a posição Spec-ResP equivale ao RESULTEE. Portanto, na Sintaxe de Primeira Fase, ao causativizarmos um verbo basicamente inergativo, não há nenhum problema em relação à atribuição temática, pois o argumento original do verbo recebe um papel

diferente daquele atribuído ao argumento causador, o que acontece é basicamente um “deslocamento” de posição.

Podemos dizer, dessa maneira, que a abordagem semântica adotada compartilha a intuição de teorias neodavidsonianas (cf. PARSONS, 1990) de que a variável “evento” é um elemento crucial na representação lógica das sentenças e que os papéis envolvem relações separadas entre o evento e cada participante. Considerando isso, não há nenhum problema estrutural em acrescentar um argumento causador em estruturas inergativas, pois esse argumento está na posição de iniciador causal do evento (INITIATOR), enquanto o argumento original do verbo, por ser “afetado” pelo INITIATOR, mas desempenhar a ação denotada pelo verbo, está na posição de UNDERGOER. Com isso, acreditamos ter demonstrado como a Sintaxe de Primeira Fase é um bom modelo para a análise da causativização, pois soluciona os problemas de atribuição temática de uma maneira elegante.

No entanto, o modo como apresentamos a solução para a atribuição temática nos traz outro problema, pois sabemos que a construção de sentenças causativas não é tão livre assim. É necessário haver limite para a variação. Em vista disso, cabe retomar nossa pergunta de investigação: “o que está em jogo nas gramáticas de língua natural que permite que os falantes causativizem apenas alguns verbos inergativos”? Para levantar alguns apontamentos que possam nos ajudar a responder a essa pergunta e a pensar em hipóteses mais generalizantes, vamos especificar como a causativização opera na primeira fase da sintaxe.

No modelo em questão, a estrutura arbórea é pré-disponível e, conforme mencionamos, o léxico não existe como um módulo independente com seus próprios primitivos e regras de combinação. No entanto, diferentemente de teorias construcionistas (cf. GOLDBERG, 1995), RAMCHAND (2008) assume que o léxico carrega sim alguma informação “sintaticamente relevante”, nos termos de LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV (2005). A diferença do modelo da autora em

relação às abordagens lexicalistas (JACKENDOFF, 1983, 2005) é que essa informação não é manipulável, sendo unicamente categorial. Isto é, o léxico carrega “traços categoriais” que “restringem” a formação das sentenças, é a sua checagem que desempenha o papel de seleção. Com isso, podemos dizer que os itens lexicais carregam em si uma estrutura de evento, uma vez que esses traços da computação sintática são as noções de *Initiation* [init], *Process* [proc] e *Result* [res].

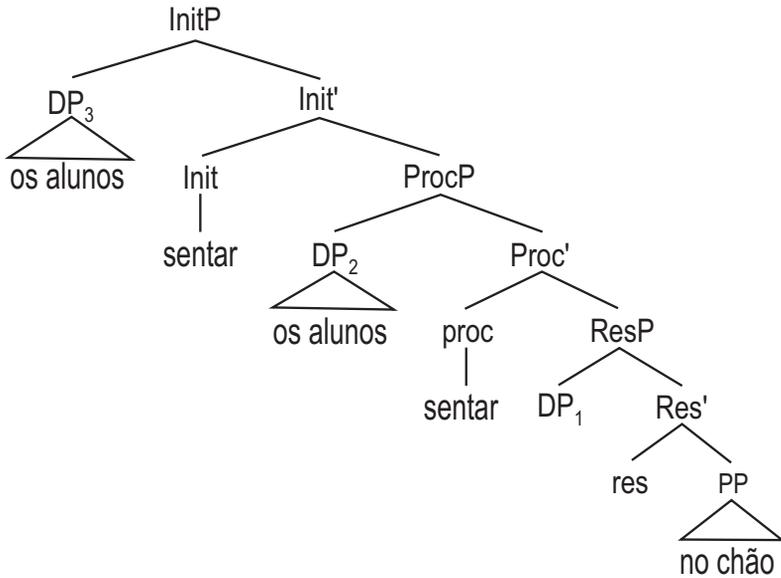
Na Sintaxe de Primeira Fase, as estruturas de diferentes eventos podem ser representadas por uma combinação de diferentes projeções (ou traços). Por exemplo, verbos inergativos que denotam atividade contêm os traços [init, proc] em sua estrutura, enquanto inacusativos que denotam *achievements* contêm [proc, res]. Considerando a existência de uma estrutura arbórea pré-disponível e a composição categorial presente no léxico, as estruturas são livremente construídas por *merge* e *move*, que operam com acesso cíclico constante ao léxico da língua. Em decorrência disso, esse sistema é de “inserção tardia”, pois “um único item lexical pode ser associado não apenas a um único núcleo, mas a pedaços sistemáticos de estrutura” (RAMCHAND, 2011: 27). Podemos exemplificar melhor esse quadro com o exemplo em (30).

(30) A. Os alunos sentaram no chão

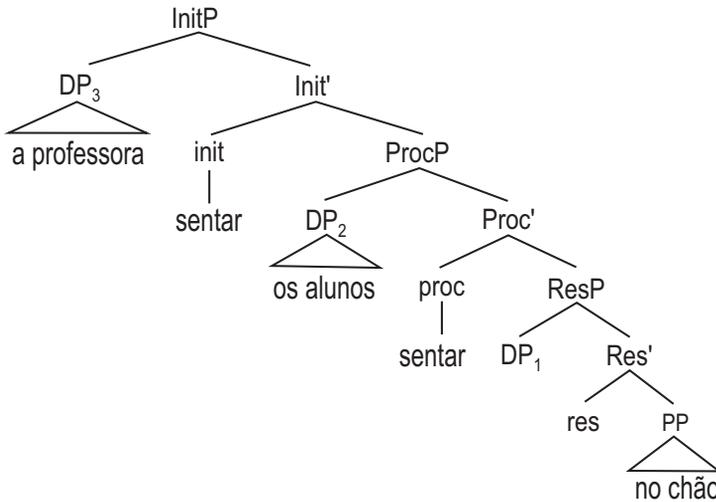
B. A professora sentou os alunos no chão

Por ser um verbo inergativo, *sentar* carrega os traços [init_i, proc_i] coindexados, isso porque verbos inergativos denotam atividades e esse tipo de evento consiste em um desencadeamento associado a um processo. Como o argumento que desencadeia a ação é o mesmo que a desempenha, uma sentença como a de (30A) teria o papel composto [INITIATOR_i, UNDERGOER_i], conseqüentemente, o mesmo argumento seria inserido em dois “pedaços” da estrutura (daí o sistema

ser de inserção tardia): ele ocuparia a posição de Spec-InitP e a de Spec-Proc, conforme pode ser visto na representação abaixo.



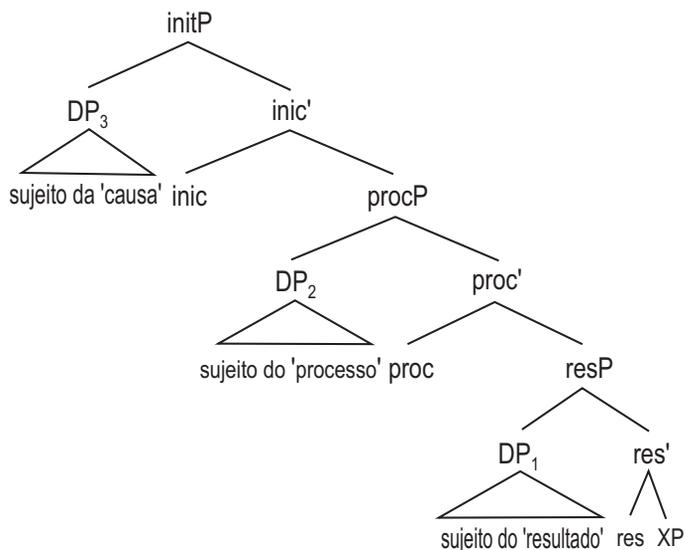
Ora, quando esse verbo é causativizado (30B), o argumento original do verbo não mais desencadeia o evento, ele apenas o desempenha. Isto é, o elemento que antes era [INITIATOR, UNDERGOER] é inserido apenas na posição de Spec-ProcP, deixando, portanto, a posição de INITIATOR livre para receber um novo argumento. Isso ocorre porque o item pode “subassociar” seus traços categoriais, permitindo que outro elemento identifique aquela categoria dentro da mesma fase. De acordo com FERREIRA e RAMMÉ (2014), para o PB há um morfema nulo [init] que entra na representação subassociando essa mesma projeção do verbo inergativo. Como consequência, como essa nova projeção não está coindexada à projeção [proc] do verbo, ela permite a introdução de um novo argumento externo na estrutura.



Desse modo, “com a inserção de uma projeção cujo sujeito não estará coindexado ao argumento do processo, podemos prever que o elemento da projeção PROC será sistematicamente entendido como sem controle ou com controle/volição *limitada* sobre o evento, características de argumentos dessa projeção” (FERREIRA & RAMMÉ, 2014: 16, grifo nosso). Isto é, argumentos do tipo UNDERGOER em sentenças causativas apresentarão um sentido enciclopédico condizente com essa posição de afetado, pois eles “sofrem/desempenham” o processo, mas quem tem volição no evento é o argumento INITIATOR. A partir disso, podemos dizer que o que licenciaria a causativização de verbos inergativos seria a associação de um morfema nulo carregando a projeção [init] à estrutura desses verbos. Por outro lado, o bloqueio de uma contraparte causativa poderia estar associada a outros traços, tais como [res].

Além de podermos demonstrar formalmente como um verbo causativiza, é interessante notar que, nos exemplos apresentados, poucas são as sentenças que não contém um PP de trajetória/lugar delimitando o evento: *sentar no chão, pular pela cerca, subir no brinquedo, dançar pelo salão, correr da sala*. A sistematicidade dessa relação, i.e. verbo de movimento preposicionado, nos leva a pensar em uma possível generalização dentro

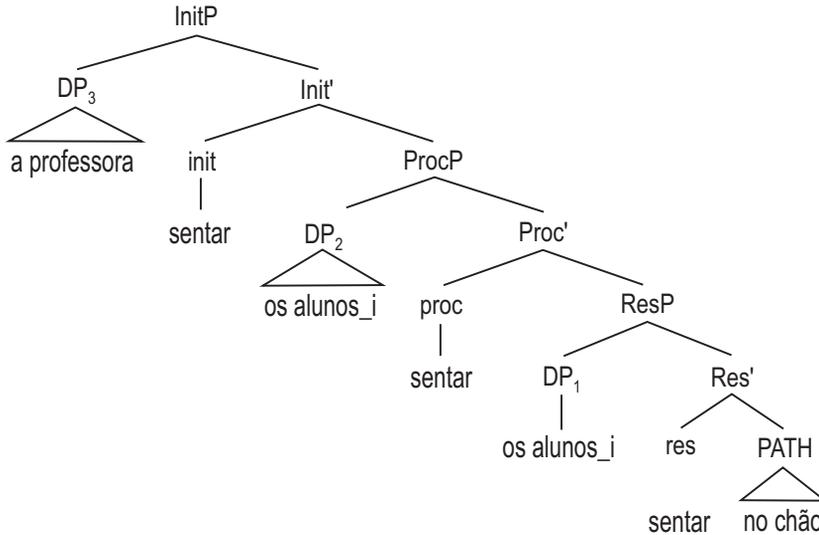
da primeira fase. Para tratarmos dessa especulação, é necessário retomar a estrutura arbórea do sistema.



Conforme é possível observar, o complemento da projeção *res'* é uma possível projeção XP, que, de acordo com RAMCHAND (2008), pode ser preenchida por PATH ou RHEME. A diferença entre essas duas possibilidades reside no fato de que PATH pode ser representado por um PP que indica a trajetória de um movimento: “UNDERGOERS são entidades individuadas cuja posição/estado ou movimento/mudança é homomorficamente relacionada a uma trajetória” (RAMCHAND, 2011: 21). Ou seja, o evento pode também ser descrito em relação a uma trajetória. Por outro lado, “a projeção remática do processo denota uma entidade cujas propriedades essenciais delimitam uma escala que pode ser medida” (RAMCHAND, 2011: 37). O que percebemos em *sentar no chão*, *pular pela cerca*, *subir no brinquedo*, *dançar pelo salão* e *correr da sala* é que todos os PPs indicam trajetória (*pela*) ou lugar final do movimento/a partir do qual ele ocorre (*no/da*)⁷. No modelo, eventos que especificam

⁷ Na Sintaxe de Primeira Fase, PLACE é derivado de PATH, porém, em decorrência dos limites deste artigo, vamos representar ambos como PATH na estrutura, seguindo RAMCHAND (2008).

o seu “lugar final”, como *sentar no chão*, devem, também, conter um traço [res] em sua estrutura. Considerando esse fato, a sentença (30B) deve ser reformulada como o que segue.



Ou seja, inergativos que denotam verbo de movimento, quando associados a um PP de lugar, contêm os traços [init, proc, res]. Por outro lado, inergativos da mesma classe que carregam um PP de trajetória contêm os traços [init, proc]. Com isso, conseguimos demonstrar, dentro da primeira fase, algumas questões interessantes sobre o licenciamento da causativização. Acreditamos, com essa breve análise, ter demonstrado como a Sintaxe de Primeira Fase soluciona de maneira simples os problemas elencados durante este trabalho. Além disso, foi possível encontrar elementos mais específicos que parecem estar relacionados com o licenciamento da causativização de inergativos em PB. Conseguimos isolar, a partir de alguns dados, as seguintes propriedades: (1) o verbo precisa permitir a subassociação de [init]; (2) verbos de movimento devem ser combinados com um PP que indica PATH (ou PLACE), caso contrário a sentença é, se não bloqueada, pouco aceitável

(cf. sentenças (25) e (26)); (3) quando um PP de localização é inserido no evento, o verbo deve permitir a entrada de [res] em sua estrutura. A Sintaxe de Primeira Fase nos permite, portanto, elaborar hipóteses mais generalizantes sobre as restrições da causativização de inergativos no PB, porém, percebemos a necessidade de fazer um adendo.

Por mais que o modelo em questão seja ontologicamente refinado, por se tratar de um domínio de construção de eventos sintaticamente representado, alguns problemas podem ser encontrados em sua aplicação. Para a análise da causativização, conforme vimos acima, é possível levantar a hipótese de que o que restringe um verbo a causativizar é a composição de evento que o verbo denota (cf. FERREIRA; RAMMÉ, 2014). Especificamente, são elementos de sua estrutura que limitam a variação (e.g. presença de PATH). No entanto, (a) como é possível saber quais traços os itens lexicais carregam? Afinal, para saber quais itens podem entrar na estrutura, é necessário saber quais são seus traços categoriais. Porém, no trabalho de RAMCHAND (2008, 2011) não há especificações sobre isso, o que nos faz levantar a necessidade de elaborar testes que possam demonstrar empiricamente quais traços estão presentes em cada item lexical em análise. Acreditamos que a partir disso é possível classificar de maneira mais adequada os verbos inergativos e demonstrar qual projeção está relacionada ao bloqueio da causativização: [init], [proc], [res], uma combinação de mais de uma projeção, ou então PATH e RHEME. Além disso, sabemos que a regra de subassociação está disponível no sistema e que parece ser bastante produtiva no processo de causativização, no entanto, (b) como delimitar quais itens verbais podem subassociar seus traços? Isto é, como é possível demonstrar formalmente que essa regra pode e deve ser aplicada? Esperamos que essas perguntas, juntamente com a presente análise, sejam apenas apontamentos iniciais para trabalhos futuros, pois o modelo apresentado, mesmo com os problemas elencados, parece ser bastante promissor.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos algumas considerações sobre o quadro de causativização de inergativos em PB, objetivando investigar, especificamente, o comportamento errático dessa classe de verbos em relação ao fenômeno. Apresentamos, primeiramente, algumas considerações sobre o que é o processo de causativização, discutindo, em seguida, os problemas encontrados em sua análise, que estavam relacionados, basicamente, a questões de atribuição temática. Apresentamos, além disso, três hipóteses sobre as restrições que governam o licenciamento da causativização ((i) delimitação do evento (ROSEN, 1996), (ii) possibilidade de ser um verbo externamente causado e a proposta de que (iii) inergativos são basicamente transitivos) e demonstramos sua inadequação empírica. Em vista disso, defendemos o modelo de Sintaxe de Primeira Fase como uma saída interessante para a análise dessa alternância. Isso porque, conforme dissemos, a causativização introduz a noção de causação, através do predicado CAUSE (cf. PYLKKÄNEN, 2002), em estruturas que originalmente não a contêm. Isso significa dizer que a causativização altera a estrutura do evento e não a estrutura argumental – por mais que tenha um efeito sobre ela. Ao apresentarmos o sistema de Sintaxe de Primeira Fase, demonstramos como os problemas de atribuição temática podiam ser elegantemente solucionados. Além disso, tentamos encontrar alguns apontamentos que pudessem responder a nossa questão de investigação, que será aqui repetida: “o que está em jogo nas gramáticas de língua natural que permite que os falantes causativizem apenas alguns verbos inergativos?”. Com base em nossa análise, podemos dizer que são elementos específicos da estrutura do evento que os verbos denotam que restringem esse fenômeno. Pelo fato de nosso trabalho ainda ser incipiente, foi possível apenas fazer alguns apontamentos que podem levar a hipóteses mais bem formuladas. Por isso, acreditamos que a hipótese

de ROSEN (1996) possa ser retomada e reformulada em termos de uma semântica de eventos, pois, em nossa análise, percebemos que de fato a “delimitação” do evento parece ser fundamental para a causativização (a inserção de PATH nos eventos de movimento foi percebida como essencial). Esperamos, com isso, ter elucidado algumas questões sobre o quadro da causativização de inergativos em PB e ter contribuído com o sempre crescente debate sobre construções causativas.

Referências

ARAD, M. **Universal features and language-particular morphemes**. In: ALEXIADOU, A. (Ed.). *Theoretical approaches to universals*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

BAKER, M. **Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing**. University of Chicago Press: Chicago, 1988.

BLANCO, M. T. **Causatives in minimalism**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

CAMBRUSSI, M. F. **Alternância causativa de verbos inergativos no português brasileiro**. 2009. 198f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. **Aspectos de significado envolvidos na causativização de inergativos**. *Todas as Letras*, 2011, v. 13, n. 2, p. 107-114.

CHIERCHIA, G. **A Semantics for Unaccusatives and its Syntactic Consequences**. In: ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; EVERAERT, M. *The Unaccusativity Puzzle*. UK: Oxford University press, 2004.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. MIT Press, Cambridge, MA, 1995.

COMRIE, B. **Causative verb formation and other verb deriving morphology**. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b, p. 309-348.

DAVIDSON, D. **The Logical Form of Action Sentences**. In: RESCHER, N. (Ed.) *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1967b.

DOWTY, D. **Word Meaning and Montague Grammar**. Dordrecht: Reidel, 1979.

FERREIRA, T. L.; RAMMÉ, V. **Causativização de verbos de maneira de movimento no PB**. In: *Anais do XI Encontro do CELSUL*, UFFS, 2014, Chapecó-SC.

FOLLI, R.; HARLEY, H. **On the licensing of causatives of directed motion: waltzing matilda all over**. *Studia Linguistica*, v. 60, n. 02, p. 121-155, 2006.

HALE, K.; KEYSER, S. **On argument structure and the lexical expression of syntactic relations**. In: HALE, K.; KEYSER, J. L. (Eds.) *The view from building 20*. MIT Press: Cambridge, 1993.

HARLEY, H. **External arguments and the Mirror Principle: On the distinctness of Voice and v**. *Lingua*, 2013, n. 125, p. 34-57.

HIGGINBOTHAM, J. **Accomplishments**. *Proceedings of Glow in Asia II*. 72–82. Nagoya: Nanzan University.

HORVATH, J.; SILONI, T. **Causatives across components**. *Nat Lang Linguist Theory*, 2011, v. 29, p. 657–704.

JACKENDOFF, R. **Semantics and Cognition**. Cambridge: MIT Press, 1983.

KRATZER, A. **Severing the external argument from its verb**. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Eds.) *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 1996.

LARSON, R. **On The Double Object Construction**. *Linguistic Inquiry*, 1988, v. 19, n. 3.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unaccusativity**: At the syntax lexical semantics interface. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. **Argument Realization**. New York: Cambridge University Press, 2005.

LEWIS, D. Causation. *Journal of Philosophy*, n. 70, p. 556-567, 1973a.

PARSONS, T. **Events in the semantics of English**: A study of subatomic semantics. Cambridge: MIT Press, 1990.

PYLKKÄNEN, L. **Causation and External Arguments**. In: PYLKKÄNEN, L.; HOUT, A.; HARLEY, H. (Eds.). *Papers from the Second Penn/MIT Roundtable on Argument Structure and the Lexicon*. Cambridge: MA, 1999.

_____. **Introducing Arguments**. Ph.D. Thesis. MIT. Cambridge, MA. 2002.

_____. **Introducing Arguments**. Cambridge: MIT Press, 2008.

RADFORD, A. **Syntax**: a minimalist introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAMCHAND, G. **Verb Meaning and the Lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Minimalist Semantics**. 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/4236628/Minimalist_Semantics>. Acesso em: 22 mar. 2015.

ROSEN, S. T. **Events and verb classification**. *Linguistics*, v. 34, n. 2, p. 191-223, 1996.

SILVA, Y. R. B. da. **Causativas sintéticas no dialeto mineiro**: novas evidências a favor da estrutura bipartida do VP? *Revista da ABRALIN*, 2010, v. 9, n. 2, p. 149-171.

Recebido em 20/08/2015 e aceito em 31/10/2015.